

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO



JULHO/SETEMBRO-2002

229

FGV Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Doutrina

Serviços de Saneamento Básico — CAIO TÁCITO	1
O direito internacional e o Supremo Tribunal Federal — CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO	5
Da competência das agências reguladoras para intervir na mudança de controle das empresas concessionárias — ARNOLDO WALD	27
Anotações sobre a revogação em sede licitatória — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	45
Atuação administrativa e legislativa dos poderes públicos em matéria ambiental — TOSHIO MUKAI	57
Licitações nas empresas estatais — ADILSON ABREU DALLARI	69
A Emenda Constitucional nº 30/00: pagamento de precatórios judiciais — EROS ROBERTO GRAU	87
Da expressão da oferta de energia elétrica emergencial e o adicional tarifário — MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS	99
Responsabilidade civil no novo Código Civil brasileiro — MISAEL MONTENEGRO FILHO	115
Responsabilidade civil por erro médico — MISAEL MONTENEGRO FILHO	125
As agências executivas brasileiras e os “contratos de gestão” — EGON BOCKMANN MOREIRA	135
Poder normativo das agências reguladoras norte-americanas — LEILA CUÉLLAR	153
O art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Poder Judiciário do Estado de São Paulo — ALVARO LAZZARINI	177
As empresas estatais e a revogação do art. 242 da Lei nº 6.404/76 — RITA ANDRÉA REHEM ALMEIDA TOURINHO e ANGÉLICA GUIMARÃES	185
Por um novo conceito de servidor público — ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR	199

Justiça Eleitoral e improbidade administrativa — ROGÉRIO MEDEIROS GARCIA DE LIMA	211
Desincompatibilização de Chefes do Executivo para reeleição — MARCOS VINÍCIUS FILGUEIRAS JUNIOR	233
A validade jurídica da alteração do nome do Estado de Mato Grosso do Sul — ANDRÉ L. BORGES NETTO	245
Responsabilidade civil objetiva por dano ambiental com base no risco criado — TOSHIO MUKAI	253
Audiência pública no processo administrativo — EVANNA SOARES	259
Agências Reguladoras, Constituição e Transformações do Estado e Legitimidade Democrática — LUÍS ROBERTO BARROSO	285
Legalidade tributária, tipicidade aberta, conceitos indeterminados e cláusulas gerais tributárias — RICARDO LODI RIBEIRO	313
Concorrência em mercado regulado: a ação da ANP — PEDRO DUTRA	335
 Tribunal de Contas da União	
Parlamentar — Anistia — Aposentadoria (TCU)	361
 Notas e Comentários	
Responsabilidade civil do Estado — CAIO TÁCITO	369
Homenagem ao Professor Caio Tácito — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA (saudação na entrega de placa de homenagem no XVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo — Fortaleza — setembro de 2002)	376
 Pareceres	
Regime jurídico da indústria de material bélico do Brasil — IMBEL — Imunidade Tributária — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	379
 Legislação	
Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 — Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho da Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU — GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.	403
Razões de Veto	407

Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002 — Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências	408
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 — Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências	409
Razões de Veto	412
Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 — Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências	412
Razões de Veto	421
Decreto nº. 4.298, de 11 de julho de 2002 — Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal durante o processo de transição governamental	421
Decreto nº 4.303, de 15 de julho de 2002 — Dá nova redação ao art. 6º do Decreto nº 4.298, de 11 de julho de 2002, que dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal durante o processo de transição governamental.	422
Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002 — Dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais.	422
Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002 — Altera dispositivos do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	423
Índice Analítico	425